

Opinião

Casos de sucesso na educação

Naercio Menezes Filho



Um dos nossos principais desafios nas últimas décadas tem sido melhorar a qualidade da educação nas redes municipais e estaduais. Há muitos debates sobre a melhor maneira de fazê-lo, envolvendo educadores, economistas, professores, cientistas políticos, psicólogos e o público em geral. Alguns defendem o aumento dos gastos com educação, outros a implantação de um currículo único e muitos defendem a valorização do magistério como a única solução. Essa ausência de consenso dificulta o progresso.

Ao mesmo tempo, um dos principais avanços recentes no país foi a implantação de um sistema de avaliação sofisticado, que permite calcular o aprendizado dos alunos de forma sistemática, usando a mesma métrica ao longo do tempo. Os resultados da Prova Brasil, por exemplo, permitem compararmos a evolu-

ção das notas médias de diferentes municípios ao longo do tempo. Com isso conseguimos identificar os municípios que mais avançam e as políticas que deram certo nesses lugares. Assim, poderemos replicar essas políticas pelo Brasil inteiro, se possível, e melhorar a educação no Brasil como um todo.

Os dados da Prova Brasil mostram que os municípios do Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina foram os que mais avançaram entre 2005 e 2011 nos anos iniciais do ensino fundamental. Em particular, um dos municípios que mais se destacam é Sobral no Ceará, que avançou 100 pontos na prova de matemática no 5º ano. Em termos comparativos, as redes municipal e estadual do município de São Paulo avançaram apenas 25 pontos no mesmo período, ou seja, Sobral avançou quatro vezes mais rápido, apesar dos esforços dos secretários paulistas. Atualmente, as crianças de Sobral sabem mais matemática e língua portuguesa que os alunos do município de São Paulo, apesar de serem bem mais pobres. O Ideb (que leva em conta a taxa de aprovação dos alunos) de Sobral é 7,3, um dos maiores do Brasil.

Assim, se todos os municípios brasileiros tivessem obtido o resultado de Sobral, o problema brasileiro da educação nas séries iniciais estaria resolvido. Mas, qual a fórmula do sucesso? Em

primeiro lugar, deve ficar claro para todos que Sobral alcançou esse padrão de ensino sem aumento significativo de gastos. O gasto por aluno que Sobral usa para alcançar esse padrão de ensino nas séries iniciais é de apenas R\$ 3.130 (dados do Tesouro Nacional), enquanto a rede municipal de São Paulo gasta ao redor de R\$ 6 mil por aluno, ou seja, duas vezes mais. Assim, não é o dinheiro que faz a diferença, como muitos argumentam. Mas o que faz?

No Ceará, os repasses do ICMS para os municípios também dependem dos índices de educação, saúde e ambiente locais

A diferença de Sobral (e do Ceará como um todo) é a gestão da rede de ensino. Um dos fatores que mais importam é a manutenção das políticas ao longo do tempo. Sobral manteve por mais de 12 anos a mesma equipe na educação, que depois passou a tomar conta também da educação do Estado. Enquanto isso, em São Paulo os secretários estaduais e municipais trocam a cada novo mandato, às vezes mais de uma vez durante o mesmo mandato. A cada troca de secretários as políticas educacionais mudam radicalmente, o que cria uma in-

segurança enorme para os gestores, diretores e professores.

Em segundo lugar, Sobral faz avaliações externas periódicas para medir o nível de alfabetização de todos os seus alunos e detectar problemas de aprendizado. Outras redes também fazem isso, mas a diferença é que em Sobral os gestores atacam os problemas que aparecem. Assim, os professores e diretores que não estão conseguindo melhorar a alfabetização dos seus alunos são trocados de escola, para deixar somente os mais efetivos nas classes de alfabetização, que são as mais importantes. Além disso, as melhores escolas e seus professores ganham prêmios em dinheiro, para valorizar o mérito. O mais impressionante é que tudo isso foi conseguido num estado relativamente pobre, com alunos pobres, com uma equipe de professores que tem deficiências, sem aumentar o número de horas-aula e sem novas tecnologias. A boa gestão foi suficiente para resolver os problemas de aprendizado.

Por fim, a cereja no bolo está nos critérios de distribuição do ICMS do Estado para os municípios. No Ceará, os repasses do ICMS para os municípios (que representam em média 13% da sua receita) dependem não apenas do valor gerado em cada município (75%), mas também dos índices de educação, saúde e meio-ambiente locais (25%). Os resultados da avaliação do alfa-

betismo no 2º ano e do aprendizado no 5º ano entram com maior peso. A parte repassada que depende da educação é pequena frente ao total, mas é suficiente para gerar os incentivos corretos e fazer os prefeitos se importarem com a educação.

Problemas ainda existem. As redes cearenses estão tendo dificuldades para aumentar as notas nos anos finais de ensino fundamental e no ensino médio. Por exemplo, atualmente os alunos do 5º ano de Sobral sabem mais matemática do que os alunos do 9º ano. A rede estadual de São Paulo melhorou muito mais no ensino médio do que a do Ceará, por exemplo. É preciso formular outro conjunto de medidas para os alunos mais velhos.

Em suma, está na hora de usarmos esses casos bem sucedidos para defender abertamente políticas específicas de gestão para melhorar o aprendizado das crianças nos anos iniciais. Precisamos pensar também nas condições para replicar essas políticas em redes maiores e com sindicatos fortes, como São Paulo, por exemplo. Será possível?

Naercio Menezes Filho professor titular - Cátedra IFB e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, é professor associado da FEA-USP, escreve mensalmente às sextas-feiras naercioamf@insper.edu.br

Frase do dia

“É difícil encontrar um país que use valorização ou desvalorização cambial como mero instrumento comercial”.

Do diretor-geral eleito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o embaixador Roberto Azevêdo.

Cartas de Leitores

Mobilidade urbana

Divulgação de planilhas de custos das empresas de transporte coletivo para análise da sociedade e proposição de soluções para redução de custos. Essa é a proposta que esses movimentos devem fazer para as prefeituras e governos. Peçam a abertura dos custos das empresas de transporte para que técnicos da iniciativa privada, isentos, analisem custos e lucros dessas empresas pois vemos disparidades entre distâncias percorridas nas capitais e valores pagos. Com os ônibus completamente lotados, não faz sentido não terem muito lucro e/ou resultado financeiro. Outro caso é o das barcas Rio x Niterói, onde as pessoas são transportadas em condições precárias. Planilhas abertas podem ser discutidas pela sociedade com pareceres técnicos e amplamente analisados.

Daniel Schumacher
dschumacher@cimpor.com

Estudo recente da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-SP) mostra que a velocidade média nos principais corredores viários da cidade em 2012 foi de 22,1 km/h no pico da manhã e de 18,5 km/h à tarde. Segundo a Associação de Ciclistas Urbanos de São Paulo (Ciclocidade), cerca de 500 mil pessoas utilizam a bicicleta para deslocamentos nas ruas da capital paulista ao menos uma vez por semana. Diante do número crescente de adeptos da bicicleta, um decreto de maio passado obriga as novas construções e reformas de prédios residenciais e comerciais na cidade a reservarem até 10% das vagas para estacionamento de bicicletas. A instalação de suportes para prender as bicicletas com distância mínima de 75 centímetros também é obrigatória.

Rodrigo Karpat
advogado especialista em direito imobiliário

As críticas em relação aos valores das passagens de transporte coletivo são dirigidas aos governantes. Mas nada se fala sobre as concessionárias que atuam numa atividade extremamente lucrativa. Os monopólios dessa área são espalhados pelo Brasil e todos tem rendimento garantido, usufruindo vantagens como o recebimento diário e até antecipado dos valores das passagens. Num momento como o atual esses monopólios não podem dar nenhuma colaboração, assumindo parte das despesas? O transporte coletivo efetivamente deveria passar ao controle estatal. Com o controle de Conselhos comunitários.

Uriel Villas Boas
urielvillasboas@yahoo.com.br

Correção

Diferentemente do informado na reportagem “O Paraíso é ali”, publicada na página D1 da edição de ontem, 20/6, o fundo CSHG Global Equities, da Credit Suisse Hedging-Griffo, aloca cerca de 60% de seu patrimônio em ações da América do Norte e não da América Latina.

Correspondências para Av. Francisco Matarazzo, 1.500 - Torre New York - CEP 05001-100 - Água Branca - SP ou para cartas@valor.com.br com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Acordo para acesso ao mercado americano impõe condições pesadas. Por **Kevin P. Gallagher**

Os EUA e a América Latina

O governo Obama e a mídia americana fizeram muito barulho sobre o “giro” dos Estados Unidos em direção à Ásia. O que, em grande medida, lhes passou despercebido é que a China vem arrematando aliados econômicos no antigo “quintal” dos EUA.

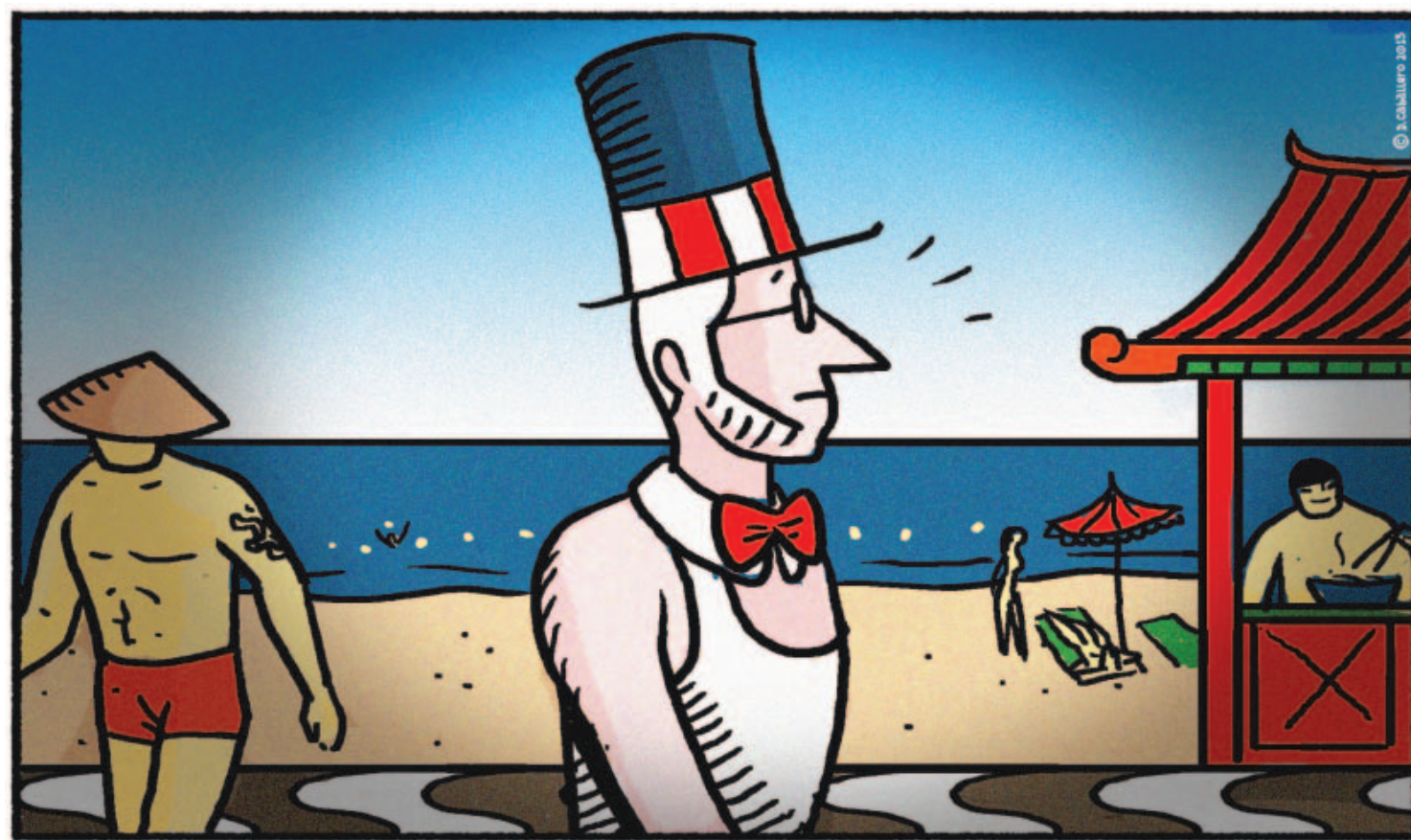
Bem, da mesma forma que uma competição acirrada serve para avivar os impulsos criativos nos negócios, é hora de os EUA apresentarem uma política econômica adequada para a América Latina antes que seja tarde demais.

A diferença das abordagens dos EUA e China em relação à América Latina ficou abertamente em foco quando o vice-presidente americano, Joseph Biden, e o presidente da China, Xi Jinping, visitaram a região.

A principal oferta dos EUA a seus vizinhos latino-americanos é a Parceria Transpácífica (TPP, na sigla em inglês). A TPP oferece aos países da América Latina e Ásia acesso ao mercado dos EUA com base em uma condicionalidade tripla.

Primeira, precisam desregularizar seus mercados financeiros; segundo, precisam adotar provisões de propriedade intelectual que deem preferência às firmas dos EUA; e terceiro, precisam permitir que firmas dos EUA possam processar diretamente governos de países que assinam o TPP, por infrações das condições do tratado.

Um condicionamento mais do que pesado. Mas, então, qual a abordagem da China? Em sua visita à região, o presidente chinês Xi Jinping ofereceu mais de US\$ 5,3 bilhões em financiamentos, sem exigir muitas condições, a seus novos amigos latino-americanos. Essas ofertas ainda precisam ser confirmadas, mas de acordo com notícias na imprensa os chineses assinaram acordos nesta viagem para: 1- conceder US\$ 3 bilhões a projetos de infraestrutura e energia de oito países caribenhos; 2- conceder US\$ 1,3 bilhão à Costa Rica em empréstimos e linhas de crédito, incluindo um empréstimo de US\$ 900 milhões do Banco de Desenvolvimento Chinês para modernizar uma refinaria de petróleo e uma linha de US\$ 400 milhões para infraestrutura rodoviária, do Ex-Im Bank of China; e 3- uma linha de crédito do Ex-Im Bank da China de US\$ 1 bilhão ao México, para



Desde 2003, os bancos de políticas públicas da China forneceram mais financiamento à América Latina do que o Banco Mundial, que o BID e o Ex-Im Bank dos EUA. Essa comparação deveria ser suficiente para acordar os Estados Unidos de sua letargia passada

sua petrolífera estatal Pemex.

Esses financiamentos somam-se aos US\$ 86 bilhões já fornecidos pela China aos governos da América Latina desde 2003. É verdade, essa quantia — por maior que seja — parece ser apenas mais um número no mundo de hoje. Então, para dar uma ideia melhor: desde 2003, portanto, nos últimos dez anos, os bancos de políticas públicas da China forneceram mais financiamento à América Latina do que o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ex-Im Bank dos EUA.

Essa comparação deveria ser suficiente para acordar os EUA de sua letargia passada e por assumir que sua relação com a América Latina é algo garantido. Em termos simples, os EUA e o grupo de instituições financeiras internacionais em grande parte dominadas pelo Ocidente foram superadas pela força financeira da China. Bem-vindos ao admirável mundo novo!

Não se trata, entretanto, de uma mera questão de números. Ao contrário dos tratados comerciais dos EUA e do financiamento das instituições financeiras internacionais, em grande parte sob o controle dos EUA, a China oferece seus empréstimos sem fazer grandes exigências.

Em uma região que é, compreensivelmente, muito sensível a

qualquer ideia de condicionalidade, tendo em vista as dolorosas experiências do passado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a China preocupa-se em garantir que sua política não seja baseada em condicionalidades.

Dito isso, os chineses não deixam de ter uma forte preocupação comercial. Muitas vezes, a China apresenta ofertas casadas — exigindo que empresas chinesas sejam contratadas para trabalhar em grande parte do projeto previsto.

Além disso, o que os EUA oferecem no TPP aos países latino-americanos não significa muito no mundo real. Na verdade eles já têm tratados comerciais com os EUA que lhes garantem acesso ao mercado do país.

Em poucos anos a China tornou-se a maior parceira comercial do Brasil e do Chile e a segunda maior do Peru e México. Não são quaisquer países. São as economias mais importantes da América Latina.

Os EUA, é claro, ainda são o maior parceiro econômico da região como um todo. Mesmo assim, não podem, contudo, continuar a ver sua posição na América Latina como garantida.

Por um tempo longo demais, os EUA recorreram a um mecanismo bastante imperial — ape-

nas dizer à América Latina o que ela precisa. Compare isso com a abordagem da China: o país oferece à América Latina o que a região quer (na forma de financiamento e comércio com a China).

Quando o presidente Obama assumiu o comando, ele e sua equipe comprometeram-se a apertar o botão de “reinicializar” das relações com a região e a repensar seu regime comercial com a América Latina. Não foi o que ocorreu. Até agora, “reinicializar” basicamente significou apresentar a mesma oferta, mas por meio de novos rostos.

Além disso, grande parte da interação com os governos da região foi direcionada aos esforços para o combate às drogas. Esses países, acertadamente, não veem isso com uma grande abordagem em prol do crescimento e desenvolvimento, mas como um mecanismo defensivo e estrangeiro, para proteger o território dos EUA.

Tendo em vista tudo isso, passou da hora de o governo dos EUA realmente repensar sua política econômica em relação à América Latina. Muito em breve pode ser tarde demais. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Kevin P. Gallagher é professor de relações internacionais na Boston University e pesquisador do Global Development and Environment Institute.